Parte I – Situando o cenário nacional e internacional e os condicionantes do modelo brasileiro

Nova Divisão Internacional do Trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores

Ângelo Felipe Zuchetto Ramos
Josnei Machry Weber

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RAMOS, A.F.Z., and WEBER, J.M. Nova Divisão Internacional do Trabalho e terceirização: da centralidade da categoria trabalho à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. In: ROTTA, E., LOPES, H. C., and ROSSINI, N., eds. *O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 141-164. ISBN: 978-85-64905-82-5. <https://doi.org/10.7476/9788564905832.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO: DA CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO À FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Ângelo Felipe Zuchetto Ramos

Josnei Machry Weber

1 INTRODUÇÃO

A discussão apresentada neste capítulo perpassa, enquanto eixo estruturante para análise, a problematização acerca da [possível] imersão subordinada do Brasil diante da nova divisão internacional do trabalho e como isso poderia ter influenciado nas relações trabalhistas decorrentes.

Para isso, a temática principal abordada na primeira parte remeterá aos vários debates (com premissas sociológicas) da contemporaneidade, que giram acerca da efetiva centralidade da *categoria* trabalho, mesmo em vias de globalização e flexibilização do emprego da força trabalhadora. Questiona-se, portanto, se seria assertivo, frente à terceirização e precarização do entendimento do constructo trabalho, em termos de satisfação do modelo capitalista moderno e da divisão internacional do trabalho, dizer que o trabalho pode ser considerado – ainda – elemento central na construção do pensamento social e no entendimento do sujeito enquanto ser social.

Até meados das décadas de 60/70, do século XX, o pensamento sociológico enraizava-se a partir do entendimento do trabalho enquanto fundante da estrutura social. Tanto Marx, Durkheim e Weber usavam a percepção de sociedade que se desenvolve-se em torno do trabalho. Marx, com o entendimento de que o trabalho sistematiza a sociedade em classes sociais, dominantes (os detentores das ferramentas do capital) e dominados (a força trabalhadora); Durkheim, com o entendimento da sociedade enquanto um organismo vivo composto por “partes” que juntas trabalham para que esse organismo se mantenha vivo; e Weber, com a premissa de que a sociedade compõe-se de indivíduos e que a forma como eles interagem e se relacionam entre si determina e caracteriza essa sociedade.

De certa forma, as teorias marxistas são as que mais usaram desta centralidade do trabalho para o entendimento e até para a criação de uma Teoria Crítica da sociedade. No entanto, uma gama de autores contemporâneos escreve sobre as possibilidades da perda da centralidade da categoria trabalho. Este estudo não buscará entender e desconstruir essas teorias que percebem o trabalho não mais enquanto elemento central no entendimento do pensamento social. De outra forma, a primeira parte deste capítulo tratará de fundamentar o pensamento a partir de autores que evidenciam a importância deste constructo mesmo em vias de globalização e precarização do trabalho.

A partir dessa (re)afirmação inicial, a discussão desdobra-se, na segunda parte, em torno do contínuo e evidenciado processo de divisão social do trabalho, observado inicialmente no seio das comunidades primitivas e, conseqüentemente – com o avanço e modernização das técnicas produtivas – sua estruturação e afirmação na sociedade capitalista, na qual ganhou força e extrapolou os limites locais e nacionais, para tornar-se condicionante das relações econômicas entre as nações, por meio de uma divisão internacional do trabalho, que, inexoravelmente, tem poderes determinantes nas (e a partir das) relações no *locus* do trabalho.

Para o entendimento do Brasil, nesse contexto, e como fator de ligação aos outros capítulos deste livro, será feita a análise do período recente da história econômica e social do Brasil. E, para isso, usar-se-á o artigo escrito por Marcelo Arend¹ no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em 2014 e intitulado *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*, que analisa o modelo implantado principalmente a partir da crise cambial de 1998, que primou-se por uma política, segundo o autor, de um contínuo processo de desindustrialização (do setor microeletrônico) e de grandes investimentos nos setores de *commodities* agrícolas e industriais, e do complexo fordista, o que sobremaneira determinou a subordinação do país à nova divisão do trabalho internacional.

Então, na finalização deste capítulo, tentar-se-á entender que para atender aos interesses internacionais do capital, as forças produtivas, nos mais variados cantos do planeta, e especialmente no Brasil, ajustam-se às regras do mercado, sendo inevitável, dentro dessa lógica, necessárias mudanças para reduzir custos e para preservar os lucros. Esse “ajuste das forças produtivas” perpassa a terceirização do trabalho que, dentro da temática deste estudo, é bem sintetizada por Tavares, quando diz que “a flexibilização proposta ajusta o trabalho aos interesses capitalistas, o que resulta numa maior submissão para a classe trabalhadora” (2004, p. 135).

2 O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA

O trabalho², como força motora da sociedade, desde o aparecimento do homem, foi aprimorado a fim de que o resultado obtido fosse cada

1 O artigo intitulado A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho tem, segundo o próprio autor, por “objetivo principal [...] ressaltar as principais transformações sistêmicas que vêm ocorrendo na economia mundial nas últimas três décadas e seus impactos sobre a dinâmica de desenvolvimento industrial do Brasil” (2014, p. 375). Arend é professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador visitante no Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

2 Lukács atribuiu a Marx o sentido teleológico do trabalho, que passou a ser entendido como um conjunto de atividades realizadas por um indivíduo ou um grupo de indivíduos com um propósito. É a aplicação de uma

vez mais proveitoso. Destarte, as relações do homem com a natureza e do homem com o homem – empregador e trabalhador – moldaram-se a partir das interações sociais e, mais recentemente, trabalhistas, as quais foram construindo-se ao longo dos séculos. Foi fundamentalmente voltado para a sobrevivência e, mais tarde, direcionou-se para a obtenção do capital (Cf. MARX, 2014, p. 29 et seq.). Dessa forma, o trabalho forjou a sociedade tal como a conhecemos, com classes sociais, hierarquização estatal e políticas, todas girando em torno das relações do trabalho. Lukács, a partir de Marx, chega a afirmar que “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (2013). Reconhece, ainda, nessa atividade, o fundamento que abrange todas as manifestações do ser no âmbito da sociedade, estabelecendo-se enquanto *categoria central* na análise do homem em termos de relações sociais.

No âmbito da construção de um método de análise para a sociologia e as ciências sociais, “a redução da realidade social ao constructo *categoria* permitiu à sociologia operar e classificar as complexas manifestações do social” (CARDOSO, 2011, p. 266). O autor segue argumentando que a categoria trabalho teve fundamental importância desde os primórdios do pensamento social, de forma que “um conjunto significativo de pensadores, anteriores ao nascimento da sociologia, já destacava o trabalho como um elemento central e de grande importância para o entendimento do indivíduo na vida social” (p. 266).

Habermas, ou o jovem Habermas³, entendeu o *trabalho*, na obra *Iena* de Hegel, como uma forma específica de satisfação das necessidades que distingue a natureza do espírito existente. O autor segue argumentando que “o trabalho infringe a imposição do desejo imediato e suspende, por assim dizer, o processo de satisfação das necessidades” (HABERMAS, 1968,

força, normalmente sobre a natureza, com o objetivo de atingir uma meta. O trabalho faz com que o homem aprenda a conviver com outras pessoas e com as diferenças.

3 O jovem Habermas, ou primeiro Habermas, como é conhecido o período anterior à virada linguística localizada a partir dos estudos preparatórios à Teoria da ação comunicativa.

p. 25), demonstrando, assim, o pensamento social do segundo enquanto exteriorização do Eu a partir da categorização do trabalho. Ele afirma:

A institucionalização da identidade do eu, a autoconsciência juridicamente sancionada concebe-se como resultado de ambos os processos: do trabalho e da luta pelo reconhecimento. Os processos do trabalho, pelos quais nos libertamos da imposição do poder imediato da natureza, entram, pois, de tal modo na luta pelo reconhecimento que, resultado desta luta, na autoconsciência juridicamente reconhecida, também fica incluído e fixo o momento da libertação por meio do trabalho. Hegel associa o trabalho e a interação sob o ponto de vista da emancipação relativamente ao poder tanto da natureza externa como da natureza interna (HABERMAS, 1968, p. 33).

Além de ser provedor de riqueza, Hegel entendia, então, o trabalho enquanto mediador da externalização do sujeito em relação à natureza num processo de criação de consciência de si. Ou seja, usando do trabalho o homem foi capaz de “dominar” a natureza, constituindo as condições essenciais para a efetiva existência do homem enquanto tal, no berço das relações sociais.

Marx, herdeiro e crítico da tradição *hegeliana*, também evidenciou o trabalho enquanto categoria principal para a explicação da sociedade, isto é, entendeu-o como o meio pelo qual se permitiu ao *ser* impor-se sobre a natureza que o cerca e dominá-la, exercendo seu reconhecimento sobre ela, transformando-a e, por consequência, transformando-se a si próprio. Arendt, no mesmo sentido, diz que o trabalho produz um mundo “artificial”, notoriamente diferente do mundo natural em que o homem se encontra em origem (2007, p. 15), sendo assim reflexo dos desejos do homem. É, então, por meio da satisfação de uma necessidade subjetiva – da imposição do *ser* sobre o natural – que o trabalho adquire envergadura social. “Desse sistema de necessidades, segundo Hegel, nasce o princípio da divisão do trabalho e, assim, a noção de sociedade civil. Logo, desse ponto de

vista da abordagem hegeliana, o *social* consiste em uma manifestação na qual o homem se liberta das necessidades naturais” (CARDOSO, 2011, p. 267). Isso significa que o sujeito com necessidades vitais, não sendo capaz de satisfazê-las por conta própria deve encontrar na relação com “o outro”, ou outros, a solução, de modo a satisfazer as suas necessidades, bem como a dos outros. Em Hegel, então, a divisão do trabalho é simplista e parte sempre do sistema de necessidades, em que a sociedade se move na direção do atendimento das necessidades subjetivas, as quais, de certa forma, se traduzem em necessidades coletivas.

A principal contribuição de Hegel ao pensamento de Marx foi, sem dúvida, a adoção do método dialético. Contudo, diferentemente da dialética *hegeliana*, que entendia que tudo em seu fundamento era “ideia” ou pensamento, Marx entendeu enquanto fundamento do método dialético a “matéria”:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 1996, p. 140).

A partir dessa percepção, Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, entendem que o ato fundante do ser social é aquele que se origina nas relações materiais do homem com a natureza, de modo a garantir as condições essenciais para sua existência, ganhando, destarte, o trabalho bases ontológicas para o ser social. “O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades.” (MARX; ENGELS, 1991, p. 39).

Em Marx, então, a divisão social do trabalho torna-se consequência da própria categoria trabalho, pois “não é a consciência dos homens que

determina a sua existência, mas, inversamente, é seu ser social que determina a consciência” (MARX apud LUKÁCS, 2013). Nesse sentido, a divisão social e técnica do trabalho perpassa as relações materiais do homem com o meio e com outros homens e, quanto mais desenvolvidas forem as sociedades, mais evidente fica essa divisão. Dessa forma, no pensamento de Marx, a divisão do trabalho enquanto projeção para além da produção material, de forma que ela age enquanto fator de dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Deste modo, quando comparado com as formas precedentes do ser, orgânicas e inorgânicas, tem-se o trabalho, na ontologia do ser social, como uma categoria qualitativamente nova. O ato teleológico é seu elemento constitutivo central, ‘que funda pela primeira vez a contínua realização das necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser um epifenômeno, como a consciência animal que [...] permanece no universo da reprodução biológica. [...]’ ‘O lado ativo e produtivo do ser social “torna-se pela primeira vez ele mesmo visível através do pôr teleológico presente no processo de trabalho (e da práxis social)’ (ANTUNES, 2006, p. 138).

Antunes, em releitura dos escritos de Marx e Lukács, entende ainda a centralidade da categoria trabalho, mesmo na contemporaneidade, quando se evidencia uma diversidade de interpretações acerca do entendimento de sociedade. Aliás, as novas dinâmicas – tal como a precarização, a adoção de ideais “neoliberais” e a reestruturação e flexibilização da mão de obra – propostas (ou impostas) pela globalização do trabalho foram, de certa forma, as responsáveis pela “re-afirmação” desta categoria enquanto elemento central no pensamento social. Essas mutações criaram, segundo Antunes (2000), uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, além das divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. E o autor afirma também:

Ao contrário, entretanto, “daqueles que defendem o fim do papel central da classe trabalhadora no mundo atual, o desafio maior da classe-que-vive do trabalho, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classes existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho” (ANTUNES, 2000, p. 43-44).

É, portanto, justamente a complexificação do mundo do trabalho social que justifica o entendimento, segundo Antunes, da permanência da categoria trabalho enquanto elemento catalizador das relações sociais. Isso remete a uma concepção ampliada para a apreensão do trabalho na sociedade contemporânea, em vez de sua negação.

Mesmo tomando-se como ponto de referência o atual e crescente processo de flexibilização das relações do trabalho, em Bauman, pode-se entender este “trabalho terceirizado e flexibilizado” enquanto agente estruturante do ser social. Na construção de sua análise da *Modernidade Líquida* (2001, p. 170), o autor lembra que as incertezas sempre fizeram parte do mundo do trabalho; contudo, na atualidade, essas incertezas acentuaram-se. Em face da desregulamentação do trabalho, aumento da exploração das forças produtivas e constante noção de provisoriedade do trabalho – que se torna de curto prazo e precário –, os laços de enraizamento entre trabalhador e o próprio trabalho determinam incertezas ainda mais poderosas, as quais Bauman chamou de *força individualizadora*. Essas novas relações de trabalhador-empregador determinam, de certa forma, e segundo o autor, o momento social em que se encontra a sociedade contemporânea, evidenciando, assim, mais uma vez, a importância do constructo trabalho (mesmo que precarizado) na raiz do pensamento social.

3 A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Uma abordagem mais histórica da divisão social do trabalho revela que ela se encontrou presente nas mais variadas formas de produção e de organização da sociedade. Lukács diz que esta divisão do trabalho surge da própria estruturação social do trabalho:

A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social, expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho (2013, p. 162).

Lukács adverte que é difícil determinar exatamente a origem e a ordem de evolução da divisão do trabalho; no entanto, considera a separação biológica enquanto fator embrionário da referida divisão. Essa primeira polêmica conhecida em face da mencionada divisão, então, é a que separa o trabalho por idade e sexo. O que, hoje, enfrenta crítica de vários autores, como a posição de Silva:

Argumentos de ordem biológica (capacidades inatas aos indivíduos) serviram como justificativa da divisão sexual do trabalho, legitimando-a como um processo natural. Estudos comparativos de sociedades culturalmente distintas demonstram a impropriedade desses argumentos ao revelarem que os supostos “dons naturais” atribuídos aos homens e mulheres não são similares em contextos culturais diferentes. Os estereótipos do “ser humano” e “ser mulher” que sustentam e legitimam a divisão sexual do trabalho, são construções culturais particulares e de conteúdos específicos, concretos e simbólicos, muito diversificados, comportando uma grande

variabilidade de arranjos na determinação das funções, tarefas que devem ser desempenhados por homens ou por mulheres (1997, p. 62).

Convém registrar que, nesse contexto, mesmo as comunidades primitivas já possuíam alguma forma de divisão do trabalho, seja no interior de cada comunidade ou na diversidade entre elas, na família, na tribo ou na aldeia. A partir disso, entende-se que quanto mais complexa a organização social, mais particular e evidente a divisão social do trabalho.

Marx e Engels iniciam o *Manifesto ao Partido Comunista* (2014, p. 33) afirmando que “a história de todas as sociedades existentes até hoje⁴ é a história da luta de classes”. Essa declaração primeira perpassa (e fundamenta) toda a abordagem materialista histórico-dialética defendida principalmente por Marx. Seu entendimento, como já mencionado, é de uma práxis que tem como referência ontológica o trabalho com sentido teleológico, o que determinaria, por consequência, a especificidade do ser social, de forma que, em um determinado momento (da história), acabou por organizar a sociedade antagonicamente, de acordo com a sua relação com o trabalho. O desenvolvimento histórico da agricultura na vida do homem deixou isso mais evidente. As especificidades de cada modo de cultivar, bem como as próprias culturas e as formas de o homem relacionar-se com elas, determinaram o ritmo da divisão do trabalho nas sociedades.

Segundo Gomes (2009), esse contínuo crescimento na divisão e complexificação social do trabalho contribuiu, de maneira muito direta, para a obtenção de uma maior produtividade do trabalho, o que, de certa forma, propiciou o aparecimento da propriedade da terra e da apropriação dos excedentes e dos meios de produção. A constante especialização do processo produtivo, já em vias do capitalismo, define um novo sentido teleológico ao trabalho: o lucro.

4 Quer dizer, mais precisamente, a história escrita. Até 1847, a pré-história da sociedade, a organização social que antecedeu toda a história escrita, era praticamente desconhecida. (Nota [de Engels] para a edição inglesa de 1888) (MARX e ENGELS, 2014, p. 69).

Na emergente sociedade capitalista, esta divisão social do trabalho apresenta-se enquanto condição específica do sistema, uma vez que a produção de mercadorias assume um papel central no modelo à medida que ela sofre um processo contínuo de especialização e diversificação técnica, potencializando, conseqüentemente, a divisão social do trabalho, de modo a hierarquizá-lo. Para Braudel (1985, p. 80), “o capitalismo necessita sempre de uma hierarquia”. Em verdade, essa maiúscula divisão é condição *sine qua non* para a expansão da produção de mercadorias e para que haja um ambiente propício ao intercâmbio e à concorrência mercantil. “Os limites das economias nacionais são ultrapassados pelo desenvolvimento do comércio internacional, circunstância que dá lugar a uma divisão internacional de trabalho” (GOMES, 2009, p. 301).

4 A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O entendimento do conceito ricardiano⁵ de divisão internacional do trabalho remete à noção das funções produtivas que cada país desempenha, diante do cenário econômico internacional. É, de sobremodo, a primazia da potencialização das “vantagens” – sejam elas naturais (clima, solo) ou artificiais (infraestrutura, tecnologia, capital) – possíveis de cada Estado-nação – de modo a beneficiar o conjunto das nações com a produção com menores custos. Trata-se, portanto, de uma divisão social do trabalho em larga escala, atribuindo especificidades às nações de acordo com o conjunto dos interesses internacionais, mobilizados nas atividades produtivas industriais e centradas no trabalho. Ela é melhor definida por Silva como o “processo pelo qual as atividades de produção e reprodução

5 O paradigma da doutrina clássica do comércio diz que os países podem se beneficiar do comércio e da divisão internacional do trabalho. Esta é uma teoria do longo prazo, que atravessa o “véu monetário” e salienta o fato de que, tanto as vantagens absolutas de custo, quanto as comparativas, dão margem a possibilidades de comércio que potencialmente podem ser proveitosas para todos os parceiros; a especialização eleva o padrão de vida, tornando um número maior de bens e serviços disponíveis para o consumo (ALBUQUERQUE, 1987, p. 95-96).

social diferenciam-se e especializam-se, sendo desempenhadas por distintos indivíduos ou grupos” (1997, p. 64), configurando-se dentro da dinâmica atual do capitalismo como um sistema mundial centro-periferia.

Quanto a esse sistema, importante lição nos traz Lima Filho:

[...] a forma centro-periferia constitui a dinâmica pela qual o capitalismo se desenvolve historicamente, originando neste movimento histórico um processo de contradição entre as economias e sociedades centrais e as periféricas, esta não é a principal contradição do sistema. Ou seja, embora devamos considerar os conflitos e disputa de interesses entre centro e periferia – caracterizados pelos blocos econômicos, monopólios tecnológicos e culturais etc – que dividem países desenvolvidos e não-desenvolvidos, norte e sul, ou primeiro e terceiro mundo, a contradição principal das relações sociais capitalistas reside fundamentalmente no modo de produção capitalista mesmo, ou seja, na oposição entre capital e trabalho. No processo de produção capitalista, a produção e apropriação privada da mais-valia que caracteriza o metabolismo capitalista, capital e trabalho são categorias históricas que independem da pertença ou localização em determinado Estado-nação (2004, p. 57).

Como percurso histórico, na sociedade capitalista, na lição de Pochmann (2001), pode-se identificar três movimentos de divisão internacional do trabalho. A primeira, caracterizada pela eclosão da Revolução Industrial, de forma muito particular na Inglaterra, onde se instalou a grande indústria, com ruptura da manufatura, caracterizando-se como um novo modelo de produção, na qual as fábricas tomam o lugar da produção artesanal. A segunda surge no Pós-Segunda Guerra, com a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), que ficou conhecida como capitalismo financeiro, oportunidade em que os países subdesenvolvidos começaram a ser financiados pelos países detentores de capital, e muitas empresas passaram a instalar filiais em diferentes nações do mundo, o que acabou por transformar os países subdesenvolvidos em exportadores de produtos industrializados. Por fim, temos a terceira divisão internacional

do trabalho, que vivenciamos hodiernamente, que se inicia por volta das décadas de 60/70, com o advento da globalização e da revolução microeletrônica, com franca reestruturação empresarial, assim como expansão de investimentos de grandes empresas no exterior, com surgimento de multinacionais e transnacionais, explicando, destarte, a industrialização de alguns países subdesenvolvidos neste período.

Esta terceira divisão internacional do trabalho se deve, em muito, à crise do capital, evidenciada principalmente a partir dos anos de 1970, quando o já enraizado sistema produtivo fordista/taylorista⁶ sucumbe a uma série de fatores econômicos⁷, o que repercute diretamente na política do Estado, fazendo com que a reestruturação, própria do capitalismo e necessária em vias da globalização latente, também passasse pela reestruturação do entendimento das políticas públicas do trabalho. Hobsbawm, ao escrever sobre o Abismo Econômico no Pós-Primeira Guerra, deixou claro que a “história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico, e de crescente ‘globalização’, ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa do trabalho” (1995, p. 92).

Arend (2014), nesse sentido, explica que diante do evidente esgotamento das possibilidades de investimento e crescimento econômico, a partir dos complexos metal-mecânico-químico (basilares do paradigma fordista), desde a década de 1970, as economias norte-americana, alemã e japonesa optaram por investir no processo de renovação e inovação tecnológica da base técnica industrial, alicerçando nessas novas bases a retomada do desenvolvimento econômico. Segundo Laplane (1992, apud AREND, 2014,

6 Sistema produtivo regado por diversas premissas em que o operário faz seu trabalho em série observando determinados padrões; é um método de racionalização da produção em massa. O taylorismo é um sistema produtivo fundamentado na racionalização da produção, na economia de mão de obra, no aumento da produtividade no trabalho, no corte de “gastos desnecessários de energia” e de “comportamentos supérfluos” por parte do trabalhador e na intenção de acabar com qualquer desperdício de tempo.

7 O aumento do valor da matéria-prima, os altos índices de inflação, uma série de falências, as crises bancárias, a crise do petróleo 1973/74 e a queda permanente na taxa de lucro foram sinais importantes de que o excesso de produção decorrente do modelo fordista havia sucumbido.

p. 376), “a partir dos anos 1980, o eixo econômico da atividade industrial nos países desenvolvidos deixou de ser o setor automobilístico (característico do paradigma metal-mecânico-químico) e passou a ser o complexo eletrônico (paradigma microeletrônico)”. Os setores desse complexo, ainda segundo Arend, foram os irradiadores do progresso técnico para os demais setores industriais, pois, pautados nas novas tecnologias da microeletrônica e da telecomunicação, proporcionaram capacitação da mão de obra na mesma medida que necessitaram dela, assim como oportunizaram sua inserção nos mais variados setores limiares.

O Brasil, também por força das grandes restrições⁸ à incorporação deste complexo microeletrônico na sua base produtiva, ao contrário do observado nos países desenvolvidos (que melhor se adaptaram ao novo paradigma microeletrônico), voltou-se para setores industriais do paradigma fordista e *commodities* industriais e agrícolas. As limitações impostas pela nova dinâmica internacional levaram, nos últimos quinze anos, a indústria brasileira a investir fortemente em “setores vinculados à indústria extrativa, *commodities* primárias agrícolas e industriais, e ao complexo do petróleo” (AREND, 2014, p. 379), os quais, por conta disso, foram os setores que tendenciaram a maiores ganhos de participação na estrutura industrial brasileira.

A crise do capital da década de 70 deu as cartas. As nações precisavam aprender a jogar com elas. Nesse contexto, as especialidades produtivas e tecnológicas foram definindo-se. As já potentes economias desenvolvidas firmaram-se enquanto centrais internacionalmente, por agregarem-se de maneira muito facilitada ao novo paradigma microeletrônico, enquanto que, por outro lado, o Brasil direcionou-se a uma especialização exportadora que não se adere à dinâmica da demanda internacional, pois “eleva

8 Arend destaca dois elementos principais que restringiram a incorporação do complexo microeletrônico nas economias periféricas: a) houve, juntamente às novas trajetórias tecnológicas, uma elevação da intransferência de conhecimento técnico, somado à apropriação do respectivo progresso técnico; b) a existência de alguns “pré-requisitos” (ou exigências) para a assimilação das novas tecnologias do paradigma, como a necessidade de mão de obra capacitada e a qualidade de insumos e infraestrutura. (2014, p. 376).

sua participação nas exportações mundiais de produtos agrícolas e reduz a participação dos produtos do complexo eletrônico” (AREND, 2014, p. 384). Esse “erro”, segundo Arend, somado ao grande investimento no setor industrial do paradigma fordista, acabou por demandar uma menor proporção de um alto conhecimento técnico da mão de obra trabalhadora.

O mundo percebeu a inserção, de certa forma submetida, do Brasil, ante a nova divisão internacional do trabalho, de tal maneira que os capitais externos investidos no Brasil, praticamente sua totalidade, e que “se destinaram à indústria, concentraram-se em setores relacionados a *commodities* primárias e industriais, bem como intensivos em tecnologia do paradigma fordista (metal-mecânico-químico)”; percebe-se, “portanto, [que] o capital estrangeiro pouco contribuiu para alterar a estrutura produtiva nacional no período pós-1990” (AREND, 2014, p. 389-390).

Não seria a primeira vez que o Brasil estaria à mercê do mercado internacional. Em uma análise da obra de Milton Santos, Pereira destaca que o próprio processo de regionalização e estruturação do território brasileiro se deu a partir de “situações [...] muito representativas das inserções sempre subordinadas do Brasil nas divisões do trabalho ao longo da história”, o que pode ser percebido, segundo a autora, “a partir da gênese de regiões e espaços especializados em um tipo de produção que, predominantemente, é voltada para as necessidades do mercado externo” (2010, p. 349). Nessa análise, ela acrescenta:

Para além das feições regionais forjadas no território pelas atividades voltadas ao atendimento das demandas externas, tais atividades e o trabalho alheio às necessidades da nação que elas implicam, foram, no mais das vezes, responsáveis pela própria formação da sociedade e cultura nacionais. O senhor de engenho do Nordeste açucareiro, o seringalista na Amazônia da produção de borracha, o coronel do cacau no sul da Bahia ou então o usineiro produtor de cana-de-açúcar, cada um deles possui os respectivos tipos e classes sociais que lhes são diretamente subordinados (escravos, seringueiros, trabalhadores da colheita e das barcas de cacau,

bóias-frias cortadores de cana), forjando particularidades não só na exploração do meio geográfico e dos seus recursos, mas também mecanismos específicos de exploração social e de acumulação, o que de fato caracteriza e aprofunda as particularidades regionais. Assim, aspectos culturais locais, trabalho, funções e tipos sociais específicos a cada uma das regiões, bem como a criação das cidades e portos, os movimentos de migração (a demanda por mão-de-obra) e enfim, a própria estrutura social (divisão de classes) e formação cultural das gentes foram, assim, resultados de projetos externos (PEREIRA, 2010, p. 349).

Não diferente disso, percebe-se que a própria inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, em todos os momentos da história, determinou as condições e as relações do trabalho. A modernização da indústria brasileira, principalmente a relacionada a setores de *commodities* agrícolas e industriais e ao complexo fordista, inserindo-a nas cadeias globais de valor, não significou na mesma medida uma melhora significativa das condições de vida e de trabalho para a maior parte da população. “Assim, no interior do território da nação, divisões muito diferentes do trabalho se sobrepõem e são superpostas atendendo aos interesses do mercado internacional” (SANTOS, 1996, apud PEREIRA, 2010, p. 351).

5 DA DIVISÃO INTERNACIONAL À TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

Como decorrência da acumulação de capital proveniente do sistema capitalista ocorreu, então, a divisão internacional do trabalho, que entendida enquanto divisão social do trabalho tem caminhado, na sua atual forma, à flexibilização, liberalização e precarização do trabalho, com francas disputas em torno dos direitos do trabalho e dos trabalhadores, oferta do emprego e das condições de desemprego, duração da jornada de trabalho,

dos salários, das formas de exercício da força do trabalho. Tem-se a dualidade entre capital e trabalho.

O capitalismo, que foi estruturalmente alçado pelo trabalho, em crise repercute diretamente na força trabalhadora. A rigor, os efeitos do capital em crise são devastadores para o trabalhador: destrói-se a força humana que trabalha; destituem-se direitos sociais; brutalizam-se uma grande massa de trabalhadores; tornam-se descartáveis tanto coisas como pessoas, lançando para fora dos circuitos do capital tudo que não lhe serve (AN-TUNES, 1997, apud TEIXEIRA, 2014).

Beluzzo (2005) avalia a reestruturação do sistema capitalista:

A reestruturação do sistema capitalista, que marcou esse período, foi, em grande medida, uma resposta à crise estrutural aberta em 1974 e à crescente contestação social. A reestruturação buscou-se recompor a rentabilidade do capital em queda acentuada, reorganizando o processo produtivo, por meio da introdução da chamada “acumulação flexível”, e realocando espacialmente setores importantes da indústria, o que contribuiu para o surgimento de novas fronteiras de acumulação de capital, em especial na Ásia. Nesses complexos processos, foram introduzidas novas tecnologias que poupam trabalho e diferentes formas de reorganização do processo de trabalho, acompanhadas da desregulamentação do mercado e da precarização das condições de trabalho. Mudanças que contribuíram para fragmentar a classe trabalhadora e enfraquecer os sindicatos. Observa-se rápida e acentuada desregulamentação das economias nacionais, caracterizada pela abertura comercial e, sobretudo, financeira. O incremento da concorrência, a reestruturação produtiva e as novas tecnologias têm condicionado profundas alterações nas classes sociais, na luta de classes e na posição dos países no capitalismo globalizado (LLUZZO, 2005 apud CORSI, 2015).

Vassapolo nos traz elementos que vêm sendo discutidos nesta denominada flexibilização do trabalho:

[...] liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;

Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc);
Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (2006, p. 45-46).

De maneira objetiva, a crise do capital culmina na precarização laboral expressa pelo desemprego crônico, nos trabalhos terceirizados e informais, na ampliação e intensificação das jornadas de trabalho, na exploração da subjetividade dos trabalhadores, na queda dos rendimentos salariais, enfim, na perda de muitos direitos historicamente conquistados (TEIXEIRA, 2014).

No atual contexto mundial a discussão acerca da possibilidade de flexibilização mostra-se importante, à medida que o esgotamento do modelo fordista, aliado à atual crise, atinge em cheio os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, dentro do Estado de Bem-Estar Social.

Esta flexibilização, que, em verdade, trata-se de um movimento de precarização do trabalho, indubitavelmente, é fruto da nova divisão internacional do trabalho, calcado no capitalismo globalizado. Nesse norte, corroboram os ensinamentos de Mészáros:

A necessidade de produzir desemprego, 'diminuição de custos', necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional

e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de autoexpansão, não importa quão devastadoras serão as consequências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução. Esse é o sentido profundamente perturbador da ‘globalização’ (2006, p. 32).

Como se percebe, o capitalismo entende como categoria necessária esse processo de condições precárias do trabalho e de degradação do processo do trabalho e de trabalhadores, trazendo, destarte, essa “nova ordem mundial”, uma particular divisão internacional do trabalho, separando as relações de trabalho “qualificado” e de trabalho “precarizado”, sob o regime de produção capitalista.

A manifestação mais visível dessa precarização do trabalho é o desemprego e as diversas formas de exploração da força do trabalho, o que podemos classificar como efeitos da globalização. Rüdiger (2003, p. 42), nessa mesma direção, diz que estamos vivendo uma crise do direito do trabalho estreitamente ligada à desconstrução e à reorganização do trabalhador coletivo em escala mundial, com seus desdobramentos na esfera jurídica pelo esfrelamento do regramento da relação de emprego em múltiplas formas atípicas de normatização das relações de trabalho, um trabalho que é contratado no mercado mundial por meio de formas jurídicas diversificadas e flexíveis. Lembra a autora que a atual situação do mercado de trabalho é apenas aparentemente flexível e desregulamentada. Ocorre que a retirada do Estado como poder regulador do mercado de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos como representantes, inclusive jurídicos, dos trabalhadores, somente fortalecem o poder corporativo das grandes empresas. Nesse sentido, Marx assim se posiciona:

A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, não é mais do que um método particular de produzir mais-valia relativa, ou de fazer aumentar, às custas do operário, os lucros do capital – é o que chamam de riqueza nacional. Às custas do trabalhador desenvolve-se a força coletiva do trabalho em prol do capitalista. Cria-se novas

condições para assegurar a dominação do capital sobre o trabalho. Essa forma de divisão do trabalho é uma fase necessária na formação econômica da sociedade, e um meio civilizado e refinado de exploração (2014, p. 67).

O que estamos assistindo no capitalismo contemporâneo, como referido alhures, é a precarização das relações de trabalho. Os novos postos de trabalho que surgem em virtude da divisão internacional do trabalho e das inovações tecnológicas não mais oferecem, na sua maioria, as garantias sociais e trabalhistas, conquistadas pelos trabalhadores ao longo de anos de luta operária. Tudo isso em razão da estratégia empresarial de eliminar o ócio do trabalhador; introduziu-se a flexibilidade da organização produtiva e, por consequência, do próprio trabalhador, pois não se mostra mais incomum a contratação de prestação de serviço, ao invés do emprego formal do empregado. Condicionam-se os trabalhadores a constituírem pequenas empresas prestadoras de serviço, eliminando, com isso, o vínculo trabalhista e o tempo “morto” do obreiro junto à unidade produtora.

Como consequência dessa situação posta pela “nova ordem internacional do trabalho”, a massa de trabalhadores precários, na era da globalização, das organizações produtivas flexíveis, é descartada com facilidade, desprovida do gozo de seus direitos legais, ampliando o nível de pobreza – tanto o número de pobres quanto o aumento da miséria.

Esta, portanto, é a realidade do mundo do trabalho que estamos vivenciando: intensificação da exploração do trabalhador, desemprego, flexibilização das relações de trabalho, precarização das relações de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, entre tantos outros aspectos nefastos dessa dura realidade que assola a classe operária e que acaba por provocar a exclusão social de uma crescente massa de trabalhadores.

Antunes (1997), ao fazer uma análise da repercussão do capitalismo globalizado, das inovações tecnológicas e das políticas de flexibilização como forma de acumulação de capital, unicamente, refere que acabam

por deteriorar o ser social e não somente a massa trabalhadora. É essa análise que Silva avalia:

Na expressão do autor, o capitalismo promove a redução das necessidades do ser social que trabalha, a desqualificação biológica do indivíduo, a tal ponto que o resultado do trabalho é um produto alheio ao trabalhador que o produz, é a alienação do ser social e a perda de identidade própria e do sentido da vida pode ser entendida como o fim da classe que trabalha para viver e o surgimento da classe que só vive para trabalhar. Nesse contexto, surge a importância das instituições sindicais para funcionarem como alavancas para o gênero humano emancipado. Antunes ainda atribui ao trabalho a função de diferenciação entre o homem e os seres vivos, sendo, portanto, sua condição de ser social. No entanto, no capitalismo, o trabalho é transformado numa mercadoria, num valor de troca, isto é, sem sentido, sem significado social: o trabalho torna-se coisa e o trabalhador é desefetivado. Há uma desconfiguração do ser social, uma forma moderna de escravidão, pois o ser humano não exerce o seu direito de livre arbítrio. Segundo ele, a dimensão abstrata do trabalho contemporâneo mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Nesse ambiente de valor de troca, o vínculo social torna-se relação entre coisas. Isso ocorre porque o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientações humanas (2006, p. 5).

Nesse contexto, impõe-se uma união, inclusive, em nível mundial, que discuta a luta por uma nova sociedade, a partir da exploração da contradição do sistema capitalista, na sua forma globalizada, na atual divisão internacional do trabalho, em cada nação, em cada povo, em cada ambiente de trabalho, observando as peculiaridades locais, pois não se pode assistir passivamente à exploração do trabalho pelo capital, mostrando-se necessária a busca de alternativas ao trabalho humano como forma de inclusão social e efetivação da dignidade da pessoa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que o trabalho, enquanto força motora da sociedade e mediador da externalização do sujeito em relação à natureza, num processo de criação de consciência de si, vem ganhando contornos diferentes de outrora, na categoria central no pensamento social.

Estamos vivenciando a “nova ordem internacional do trabalho”, em face do atual contexto da divisão do trabalho, uma vez que estamos assistindo uma crise do direito do trabalho, ligado à desconstrução e à reorganização do trabalho coletivo, com retirada considerável do Estado como poder regulador, em face da precarização das relações de trabalho. Hodiername, prefere-se a terceirização de prestação de serviço à contratação formal, com os direitos inerentes à tal relação.

Está em voga a flexibilização da organização produtiva e, por via de consequência, do próprio trabalhador, pois estamos diante da intensificação da exploração do trabalho, por meio da flexibilização das relações e, como fator desaguador, o próprio desemprego.

Impõe-se, portanto, o travamento da discussão acerca de uma nova sociedade, de forma a combater, nesse aspecto, a face obscura da globalização, como esmagamento da dignidade da pessoa humana enquanto trabalhador.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. C. C. Divisão internacional do trabalho. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 13, p. 95-103, set. 1987.
- ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

AREND, M. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. p. 375-421.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Tradução de Carlos da Veiga Ferreira. Coleção Teorema Breve. Lisboa: Teorema, 1985.

CARDOSO, L. A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 265-295, nov. 2011.

GOMES, C. **Antecedentes do Capitalismo**. 2. ed. Portugal: Edições Ecopy, 2009.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1968.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA FILHO, L. **Dimensões e limites da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996.

_____. **Compêndio de O Capital**. São Paulo: Hunterbooks, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Manifesto ao partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347-355, ago. 2010.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

RUDIGER, D. S. **Globalização, justiça social e emancipação: um debate na perspectiva do direito do trabalho.** Piracicaba: Impulso, 2003.

SILVA, A. V. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho [resenha]. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, 1, n. 1, ago. 2006.

SILVA, L. H. Divisão Social do Trabalho: Divisão Sexual do Trabalho. In: CATTANI, A. D. **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico.** Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, N. C. M. Capitalismo contemporâneo e os impactos no mundo do trabalho. **Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 21-42, jul./dez. 2014.

VASSAPOLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.